

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016- Disponibilização de 02 (dois) links de Internet Banda Larga em Fibra Óptica com garantia de no mínimo de 80%, com 01 (um) IP válidos em cada link, sendo um com velocidade de 10 Mbps e o outro de 25 Mbps incluindo fornecimento de equipamentos. Os links deverão ser instalados na Rua Silvestre Jarek, 120 - Centro - Campo Magro-Pr./ MENOR PREÇO POR ITEM.

A Câmara Municipal de Campo Magro realizará procedimento licitacional para contratação do objeto abaixo especificado, na modalidade PREGÃO (Presencial), pelo Sistema do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as disposições contidas na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, na Lei Complementar Nº. 123/06, e demais legislações pertinentes, bem como as disposições contidas no presente Edital.

I - OBJETO

- 1.2 A presente licitação tem por objeto a disponibilização de 02 (dois) links de Internet Banda Larga em Fibra Óptica com garantia de no mínimo de 80%, com 01 (um) IP válidos em cada link, sendo um com velocidade de 10 Mbps e o outro de 25 Mbps incluindo fornecimento de equipamentos. Os links deverão ser instalados na Rua Silvestre Jarek, 120 Centro Campo Magro-Pr.
- .". <u>TIPO MENOR PREÇO POR ITEM</u>, seguindo as condições, quantidades e especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I) do presente Edital.

II – SESSÃO PÚBLICA

O recebimento e abertura dos envelopes bem como o julgamento dos mesmos se dará em sessão pública, a se realizar no dia 22 **de setembro de 2016 às 10:00 horas**, na sala de reuniões da Câmara Municipal, situada na Rua Silvestre Jarek, 120, Centro, Campo Magro/PR.

III - PARTICIPAÇÃO

- Poderão participar da presente Licitação pessoas jurídicas que atuem no ramo pertinente ao objeto da presente licitação e que atendam a todas as condições exigidas na Lei nº 10.520/02 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.666/93, bem como as demais exigências contidas no presente edital.
- 3.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- I Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal ou que possua alguma sanção administrativa exarada por está Administração Pública que

E ROW OCHOS



seja impeditiva de participar de licitações e contratar com a Administração, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

II - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;

III- Empresa que tenha como sócio(s) servidor (es) ou dirigente(s) de qualquer esfera governamental da Administração Municipal.

IV – CREDENCIAMENTO

- 4.1 Durante os trabalhos relativos ao certame licitatório somente será permitida a intervenção de um representante legal por licitante, que estiver legalmente constituído e for devidamente credenciado a tal fim.
- 4.2 O representante legal somente poderá representar um licitante.
- 4.2.1 O instrumento de procuração ou outro documento hábil deverá estar acompanhado do contrato ou estatuto social e de um documento de identidade.
- 4.2.2 Quando a empresa se fizer representar por diretor, sócio ou gerente, a capacidade de representação será verificada em face do próprio contrato ou estatuto social.
- 4.3 Os documentos serão verificados no início dos trabalhos e deverão ser apresentados em via original; por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião ou por funcionário desta Administração Pública; por publicação em Órgão de Imprensa Oficial ou, ainda, por cópia acompanhada do respectivo original.
- Todas as empresas deverão apresentar Declaração de Pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo anexo deste edital, salvo as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que estejam com restrição no tocante a Regularidade Fiscal, que deverão apresentar a Declaração conforme modelo anexo deste Edital.
- As microempresas e empresas de pequeno porte que queiram gozar das prerrogativas e benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar no momento do credenciamento, além dos documentos anteriormente mencionados, uma declaração que constitui-se como microempresa ou empresa de pequeno porte para os fins legais, conforme anexo.
- 4.6 Os documentos necessários para o credenciamento deverão ser apresentados fora dos invólucros, serão retidos e deverão integrar o processo de licitação.

V – ENVELOPES

A MONTO



- Os envelopes deverão estar devidamente fechados, lacrados e devem ser entregues ao Pregoeiro no dia, horário e local designados para a realização da sessão pública, e não será aceita a remessa de documentos via postal, fac-símile, telex, telegrama ou qualquer outra forma similar.
- 5.2 Os envelopes deverão conter na face externa os seguintes dizeres:

À
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO
ENVELOPE DE PROPOSTA - Nº. 01
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016
(RAZÃO SOCIAL) (Nº. DO CNPJ)

A
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO
ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO - Nº. 02
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016
(RAZÃO SOCIAL) (Nº. DO CNPJ)

VI – PROPOSTA

A proposta deverá conter:

- Preço unitário e total proposto do objeto, utilizando duas casas decimais depois da vírgula (Ex: R\$ 1,00).
- Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data designada para a sessão pública. Salienta-se que caso não conste o prazo de validade será levado em consideração o prazo de 60 dias para a validade da mesma.
- 6.3 Indicação de marca, modelo, características, especificações técnicas e demais elementos necessários para a individualização do bem ofertado, quando possível.
- A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via original, sem emendas, rasuras, corretivas ou entrelinhas, com suas folhas rubricadas e a última contendo data, assinatura e identificação do signatário, que obrigatoriamente deverá possuir capacidade para o ato.
- No valor proposto deverão estar computados todos os valores necessários para o atendimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, encargos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e tarifas, fretes, montagem, seguro, custos inerentes à aquisição, transporte, armazenamento e utilização de materiais a serem empregados na execução do

State Municipal State of the St



serviço.

6.8 Havendo discrepância entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário e seu somatório.

VII - DOCUMENTAÇÃO

O envelope contendo os documentos de habilitação deverá conter:

7.1.1 <u>Habilitação Jurídica</u>

- a) No caso de firma individual: Cédula de Identidade e Inscrição Comercial, com prova de registro na Junta Comercial ou repartição Correspondente.
- b) No caso de Sociedade Mercantil: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- c) No caso de Sociedade por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhados da ata da assembléia, devidamente registrada, que elegeu a última diretoria;
- d) No caso de Sociedade Civil: Inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

7.1.2 Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão de regularidade junto a Fazenda Nacional, compreendendo a Certidão da Divida Ativa da União e a Certidão de quitação de tributos e contribuições federais;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão de débitos trabalhistas emitido pela Justiça do Trabalho- TST

See HOLD



7.1.3 Qualificação Econômico Financeira e Técnica

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

7.1.4 Declarações

- a) Declaração da licitante de que cumpre o disposto no Inciso XXXIII, do artigo
 7º da Constituição Federal, conforme modelo anexo VIII;
- **b)** Declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, conforme modelo anexo VII;
- Os documentos relacionados para Habilitação, não precisarão constar no envelope "Documentos de Habilitação", se estiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.
- As empresas de pequeno porte e microempresas, por ocasião da Lei Complementar 123, de 14.12.06, deverão apresentar toda a documentação acima requisitada para efeito da comprovação da regularidade fiscal ainda que com alguma restrição;
- Os documentos poderão ser apresentados em via original; por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por funcionário da Unidade que realiza a licitação; por publicação em Órgão de Imprensa Oficial ou, ainda, por cópia acompanhada da respectiva via original, para conferência e autenticação na própria sessão.
- 7.5 Preferencialmente os documentos deverão ser apresentados na ordem em que se encontram enumerados.

VIII - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇO

- 8.1 O valor total máximo admitido para a presente licitação é de R\$ 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais), conforme os valores descritos no anexo I
- 8.2 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM.

IX - PROCESSAMENTO

9.1 No dia, hora e local designados para a realização do Pregão será procedido o credenciamento.

E HY E



- 9.2 Serão entregues ao Pregoeiro, os envelopes nº 01 de Proposta e nº 02 de Documentação.
- 9.3 Iniciada a abertura do primeiro envelope de Proposta de Preços, serão avaliadas as condições exigidas no Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições exigidas.
- 9.4 Será classificada para a etapa de lances a proposta de menor preço apresentado para o item e as que lhe forem superiores em até 10% (dez por cento) do seu valor.
- 9.5 Não havendo pelo menos 03 (três) propostas de preços escritas nas condições estipuladas no item 9.4, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até no máximo de 03 (três), participando os seus autores dos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 9.6 Após a fase inicial de "Classificação das Propostas", o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, passando para a fase da "Sessão Pública", da qual só poderão participar os licitantes que tiverem suas propostas classificadas na fase anterior.
- 9.6.1 Na fase da "Sessão Pública", os representantes dos licitantes deverão estar presentes na sala de reuniões da Comissão de Licitação da <u>Câmara Municipal de Campo Magro</u> para a etapa de lances. A ausência do representante do licitante no horário previsto no item 2.1 deste edital indicará que não há interesse deste na apresentação de lances.
- 9.7 Os lances verbais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes ao menor preço apresentado na proposta escrita.
- Após as devidas orientações e recomendações, o Pregoeiro convidará individualmente as proponentes classificadas para o oferecimento de lances verbais, de forma sequencial, a partir da proponente de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a ultima a oferecer lance verbal.
- 9.8.1 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- 9.8.2 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.
- 9.9 No caso de não existirem lances verbais, serão considerados válidos os valores obtidos na etapa de "Abertura das Propostas", desde que verificada a

Sem out of the seminary of the



conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, ainda, o Pregoeiro negociar diretamente com o licitante, visando obter reduções adicionais de preços. Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão.

- 9.10 Exaurida a fase de proposta será(ão) aberto(s) o(s) envelope(s) contendo os documentos de habilitação do(s) licitante(s) que apresentou(aram) as melhores propostas para cada um dos itens.
- 9.11 Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com seu autor, para que seja obtido preço melhor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.
- 9.12 O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada nesta fase a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 9.13 Ocorrendo a hipótese do empate ficto criado pela Lei Complementar 123, a micro ou pequena empresa que tiver formulado proposta cujo valor represente valor superior em até 5% ao da proposta da primeira colocada (que não seja micro ou pequena empresa) poderá formular nova proposta que deverá ter valor inferior ao da melhor proposta, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos depois de declarado a menor oferta.
- 9.14 Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 9.15 Todas as folhas dos documentos de proposta e habilitação deverão ser rubricadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
- 9.16 Da sessão deverá ser lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes concorrentes; as alegações que houver e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, cuja ata deverá ser assinada por todos os presentes.
- 9.17 Em caso de desclassificação, a licitante poderá retirar o envelope de habilitação na mesma oportunidade, ou depois de decididos os recursos e transcorrido o prazo para sua interposição relativa ao pregão, todavia, O Pregoeiro poderá retê-los até o encerramento da licitação.

X – JULGAMENTO

La AS and a superior



- A análise dos documentos de propostas e de habilitação deverá observar o cumprimento de todas as condições estabelecidas na Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e subsidiariamente a Lei 8.666/93, bem como no presente edital e seus anexos.
- 10.2 Será inabilitada a licitante que deixar de atender qualquer das condições exigidas em edital de licitação, que não apresentar todos os documentos exigidos ou que os apresentarem de forma diversa da fixada no presente edital, incompletos, incorretos, rasurados ou contendo corretivos ou de cujo teor não se possa inferir com precisão as exigências contidas em edital e a veracidade dos mesmos.
- Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste edital, que ofertarem valor superior ao fixado para a presente licitação ou ainda com valores superiores ao fixado para o **item**, que forem omissas, vagas, impuserem condições diferentes das dispostas no presente edital ou que contiverem descontos ou execução condicionada a prazos ou vantagens de qualquer natureza aqui não prevista, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, bem como descontos ou vantagens baseados nas propostas das demais licitantes; que estiverem incompletas, incorretas, rasuradas ou contendo corretivos, que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento objetivo ou, ainda, propostas com preços de valor zero, irrisórios ou manifestamente inexequíveis.
- No julgamento da proposta serão verificados os preços apresentados, observandose que a presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.**
- 10.4.1 Será declarada vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO PELO ITEM LICITADO, ou seja, poderá haver uma vencedora diferente para cada um dos itens licitados, observado o critério de exequibilidade previsto no artigo 48, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- A licitante não está obrigada a apresentar propostas para todos os itens, podendo participar com proposta para um ou mais itens, a seu critério.
- Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate se dará por sorteio, nos termos do § 2º do artigo 45 da lei nº 8666/93.
- 10.6 A(s) proposta(s) vencedora(s) ainda estará (ão) sujeita(s) ao disposto no inciso IV do artigo 43, da Lei nº 8.666/93.
- Havendo alguma restrição na comprovação regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do





débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- 10.7.1 A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições constantes da proposta vencedora ou revogar a licitação.
- Até a assinatura da Ordem de Compra ou termo equivalente a Administração Pública licitadora poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer proponente, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo das sanções cabíveis, havendo conhecimento de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

XI – IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- 11.1.1 As impugnações não terão efeito de recurso e poderão ser oferecidas por qualquer cidadão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.
- 11.1.2 As impugnações deverão se dar de forma expressa e dirigidas O Pregoeiro.
- 11.1.3 Decairá do direito de impugnar o edital aquele que não o fizer no prazo legal.
- Os recursos relativos aos atos da presente licitação decorrem das disposições constantes do artigo 4°, XVIII, da Lei 10.520/02.
- Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- A ausência de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e encaminhamento do processo à autoridade competente para homologação.
- Eventuais recursos deverão ser interpostos de forma expressa e dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Campo Magro, por intermédio do Pregoeiro que realiza a licitação.





- Os recursos e impugnações deverão ser instruídos com documentos necessários para a perfeita identificação da impugnante/recorrente, bem como da verificação da capacidade de representação do signatário, sob pena de não conhecimento.
- Os recursos e eventuais impugnações deverão ser protocolizados junto ao Protocolo Geral da Câmara Municipal de Campo Magro. Sendo que não será aceito em hipótese alguma recursos apresentados de outra forma.

XII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1 Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta e no Anexo I deste edital.
- 12.2 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste edital, sem prévia e expressa anuência da Administração;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos que entregar, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
- 12.4 Responder, civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros.
- Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.
- Garantir a melhor qualidade dos produtos ou serviços, atendidas as especificações e normas técnicas de produção para cada caso, em especial as normas da ABNT e INMETRO, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.
- 12.6.1 Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação, tomando-se por base o controle de qualidade da ABNT e do INMETRO.





- 12.7 Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.
- 12.8 Prestar à Administração, sempre que necessários esclarecimentos sobre os serviços, fornecendo toda e qualquer orientação que necessária para a perfeita utilização dos mesmos.
- Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente edital.
- 12.10 Cumprir demais obrigações constantes do Anexo I.

XIII – CONTRATAÇÃO

- Adjudicado o objeto da presente licitação, será assinado contrato de serviços à licitante adjudicatária e será convocada fornecer os serviços no prazo estabelecido na mesma, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e no presente edital.
- 13.1.1 A notificação poderá se dar via FAX, correspondência com aviso de recebimento, e-mail, ou por meio de publicação no Órgão Oficial de Imprensa do Município.
- 13.2 Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.
- Quando o convocado não se fornecer os serviços no prazo e condições estabelecidas neste edital, o Pregoeiro poderá convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições constantes da proposta vencedora ou revogar a licitação, além de aplicar as devidas penalidades ao convocado que não assinar.
- O contratação se regerá pelas cláusulas e disposições constantes do presente edital e pelas disposições contidas nas Leis 10.520/02 e subsidiariamente a Lei 8666/93 com as alterações dela decorrentes, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionados.
- 13.4 A execução do contrato decorrente terá o seu início a partir da assinatura do contrato.





- A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, nos limites e nas hipóteses previstas no art. 65, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.
- Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados, a critério da Administração, tendo por fundamento as disposições contidas no art. 57, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- O contrato poderá ser corrigido monetariamente com base no INPC da fundação Getúlio Vargas dos doze meses anteriores a pedido formal da contratada e aditivado por simples apostilamento.
- 13.6 A Administração Pública também se reserva no direito de recusar todo e qualquer serviço que não atender as especificações contidas no presente edital ou que sejam considerados inadequados.
- O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e conseqüências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.
- 13.8 Também poderá ocorrer a rescisão por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 (dez) dias.

XIV-SANÇÕES

- A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste edital.
- A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência a aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritiva de direitos, previstas em lei.
- As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.
- 14.3.1 Configurado o descumprimento de obrigação contratual ou das obrigações assumidas, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentarem defesa.
- 14.3.2 Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

By Committee of the Control of the C



- 14.3.3 Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação.
- Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular, com atraso injustificado ou nos casos em que o licitante/contratado ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, imoral ou cometer fraude fiscal, sujeitará o licitante/contratado à aplicação das seguintes sanções:
- 14.4.1 Advertência.
- 14.4.2 Multa.
- 14.4.3 Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Sistema de Registro Cadastral Municipal pelo prazo de até 5 anos, conforme prescreve o art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados, ou para compensar execução irregular ou inexecução pode ser aplicada cumulativamente com a sanção restritiva de direito prevista no "item 14.4.3."
- 14.6.1 Na fixação do prazo da penalidade prevista no 14.4.3, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- 14.7 A multa prevista no "item 14.4.2" será:
- 14.7.1 De 10% (dez por cento) do valor do ITEM do contrato, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo contratado.
- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato ou sobre o valor correspondente da parcela em atraso, caracterizando a mora.
- 14.7.2.1 A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada, bem como assim em aceitar, retirar ou assinar o contrato ou instrumento equivalente, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, ou ainda, nos casos de microempresas e/ou empresas de pequeno porte quando o licitante deixar de regularizar sua situação fiscal depois de declarado vencedor do certame.





- Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a Administração poderá considerar o atraso como descumprimento total ou parcial da obrigação, recusando-se a receber o objeto da licitação e aplicando a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre o valor correspondente à(s) parcela(s) não entregue(s).
- Na hipótese do item anterior se o descumprimento da obrigação comprometer o regular desenvolvimento das funções administrativas, a multa poderá se cumulada com a pena prevista no 14.4.3.
- 14.7.5 Quando solicitado amostra e a licitante não entregar no prazo previsto no edital ou apresentar amostra em desconformidade com o objeto proposto, a multa será de no máximo 20% (vinte por cento) do valor total do item.
- O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será: descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.
- Na hipótese de não cumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.
- O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará na inscrição em dívida ativa, para cobrança judicial.
- A sanção prevista no item 14.4.3 poderá ser aplicada aos licitantes que venham a ter uma conduta antijurídica ou incompatível com a idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública ou ainda que apresentem algum documento inverídico.
- 14.10 Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

XV - PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da entrega da nota fiscal com o adimplemento contratual.
- 15.1.1 O prazo mencionado refere-se à documentação apresentada sem incorreções. No caso de documentação apresentada com incorreções ou com prazo de validade vencido, os mesmos serão devolvidos à contratada para nova apresentação.
- 15.2 Por ocasião dos pagamentos deverá ser apresentado:





- 15.2.1 Certidão Negativa de Débitos conjunta conforme item 7.1.2 letra b.
- 15.2.2 Prova de regularidade para com o FGTS.
- O pagamento somente efetuar-se-á mediante a tempestividade das certidões anteriormente mencionadas.
- 15.4 Caso a contratada entregue certidão com data expirada ou que venha a expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.
- Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à adjudicatária, em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações assumidas.
- 15.6 O pagamento será efetuado diretamente a representante legal da contratada.
- Os preços propostos serão considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de admissibilidade de reajuste previstos na Lei 8666/93.

As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão à conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão:	0100	- Câmara Municipal de Campo Magro					
Unidade Orçamentária:	01001	-	Câmara dos Vereadores				
0101.01.031.100	1.2001	-	Manutenção da Câmara Municipal				
3.3.90.39.00.00			Outros Serviços de Terceiros – Pessoa R\$ Juridica.	7.740,00			

15.8 XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS

- Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo expressa disposição em contrário.
- Na ocorrência de qualquer fato que impeça o cumprimento de prazo estabelecido neste edital, este será transferido para o primeiro dia útil e de expediente normal da Administração.
- A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável aceitação, pelos proponentes, das condições do edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.





- O Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, fica lhe facultada a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar instrução do processo.
- O Presidente da Câmara Municipal poderá revogar, total ou parcialmente, a presente licitação por razões de interesse público, ou anulá-la, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, nos termos do artigo 49, da Lei nº 8.666/93, não cabendo às licitantes direito a indenização, nem pela elaboração da proposta e/ou apresentação de documentos.
- A publicidade dos atos decorrentes da presente licitação se dará por meio de publicação no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS AMP, considerado Órgão Oficial de Imprensa do Município.
- Informações e/ou esclarecimentos deverão ser obtidos junto ao Pregoeiro que realiza a presente licitação, de forma expressa e mediante protocolo, até 02 (dois) dias antes da data designada para a realização da sessão pública.
- Eventuais omissões serão supridas pelas disposições constantes da Lei 10.520/02 e da Lei 86666/93, com as alterações dela decorrentes.
- O expediente da Administração Pública se dá de 2ª a 6ª feiras, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas. (Nos dias 7 e 8 de dezembro não haverá expediente na Câmara Municipal e nestes dias, as informações referentes ao edital poderão ser requerida diretamente ao pregoeiro via e-mail deparoberto@gmail.com)
- 16.10 Constituem-se em anexos do presente edital:

ANEXO I – Termo de Referência/Especificações e quantitativos;

ANEXO II - Modelo padronizado de proposta

ANEXO III - Modelo de Declaração de pleno atendimento;

ANEXO IV – Modelo de Declaração Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

ANEXO V – Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que estiver com restrição no tocante á regularidade fiscal;

ANEXO VI - Modelo de procuração;

ANEXO VII - Modelo de Declaração de idoneidade;

ANEXO VIII - Modelo de Declaração de não utilização do trabalho de menor;

ANEXO IX - Minuta do Contrato

Campo Magro, 06 de Setembro de 2016.

Pregoeiro





PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016

ANEXO I

<u>TERMO DE REFERÊNCIA</u>

OBJETO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS:

Constitui objeto deste Pregão presencial a Disponibilização de 02 (dois) links de Internet Banda Larga em Fibra Óptica. I.1 - VALORES e ESPECIFICAÇÕES

DESCRIÇÃO Disponibilização de 02 (dois) links de Internet Banda Larga em Fibra Óptica com garantia de no mínimo de 80%, com 01 (um) IP válidos em cada link, sendo um com valoridade de 10 Mb.	
um com velocidade de 10 Mbps e o outro de 25 Mbps incluindo fornecimento de equipamentos. Os links deverão ser instalados na Rua Silvestre Jarek, 120 – Centro – Campo Magro-Pr.	R\$ 7 740 00

VALOR TOTAL MÁXIMO R\$ 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais), para um período de 12 meses.





PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016 – MENOR PREÇO POR ITEM

ANEXO II

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

Local e data.

À
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO
COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO
REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016.

Descrição	Total
Disponibilização de 02 (dois) links de Internet Banda Larga em Fibra Óptica com garantia de no mínimo de 80%, com 01 (um) IP válidos em cada link, sendo um com velocidade de 10 Mbps e o outro de 25 Mbps incluindo fornecimento de equipamentos. Os links deverão ser instalados na Rua Silvestre Jarek, 120 – Centro – Campo Magro-Pr.	CHUTTE CONTRACTOR

- No preço POR ITEM acima proposto, já estão inclusos impostos, entrega, montagem, seguros, taxas e quaisquer outros encargos, pertinentes ao fornecimento dos produtos;

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME O EDITAL. VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Nome e Assinatura Representante Legal *Rg*. *CPF*.

Obs.: Deverá ser apresentada em papel timbrado da Licitante.





PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016 – MENOR PREÇO POR ITEM

ANEXO III

MODELO DE DECLADAÇÃO DE DIENO ATTRIBUTA
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO
Com referência à (MODALIDADE E Nº DA LICITAÇÃO)
A Empresa, pessoa
jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, inscrição
estadual
, com sede na Rua
, CEP, na cidade de
, neste ato representada por seu sócio,
, brasileiro, empresário, portador da cédula de
identidade RG n°, inscrito no CPF sob o n°
, residente na Rua, CEP
, na cidade de, nos termos do Contrato
Social, em conformidade com o disposto no Art. 4°, VII, da Lei nº 10.520/02, DECLARA,
que cumpri plenamente os requisitos habilita tórios exigidos no Edital.
Local, de de 2016.
Assinatura
Administrador

Obs: A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.





PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016 – MENOR PREÇO POR ITEM

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA <u>OU</u> EMPRESA DE PEQUENO PORTE (identificar seu enquadramento)

Ao Pregoeiro da Câmara Municipal de Campo Magro. Com referência ao Pregão Presencial 03/2016

A Empresa,	pessoa
jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, i	nscricão
estadual, com sede na	Rua
, neste ato representada por seu , brasileiro, empresário, portador da céc	sócio,
identidade DC -0	o nº
, residente na Rua	
, na cidade de, nos termos do C	Contrato
Social. DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no activo de como não incorre em quaisquer dos impedimentos previstos no § 4º do mesmo ar Lei Complementar nº 123/2006, estando enquadrado como MICROEMPRE EMPRESA DE PEQUENO PORTE, e apto a usufruir o tratamento favorecido estabnos artigos 42 a 45 da referida Lei.	rtigo 3°, rtigo, da SA ou
Local, de de 2016. Assinatura	
Sócio Administrador	

Obs: A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.





PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016 - MENOR PREÇO POR ITEM

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE QUE ESTIVER COM RESTRIÇÃO NO TOCANTE A REGULARIDADE FISCAL

Environd date of Africans Service	
Com referência ao Pregão Presencial 03/2016.	
A Empresa	, pessoa jurídica
de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº	, inscrição estadual
, com sede na Rua	. CEP
, na cidade de	neste ato
representada por seu sócio,	brasileiro empresário
portador da cédula de identidade RG nº	, inscrito no CPF sob o nº
, residente na Rua	CEP.
, na cidade de	, nos termos do Contrato
Social, em conformidade com o disposto no Art. 4º, VII, da	Lei nº 10.520/02, DECLARA.
que cumpri plenamente os requisitos habilita tórios exigid	
referentes à regularidade fiscal, o qual desde já se compro	
a ser declarada vencedora do certame.	
Local, de de 2016.	
Assinatura	
Sócio-Administrador	

Obs: A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.





PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016 – MENOR PREÇO POR ITEM

ANEXO VI

PROCURAÇÃO
OUTORGANTE:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, inscrição estadual nº com sede na CEP na cidade de
- na cidade de
neste ato representada por seu sócio,, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº, inscrito no CPF sob o nº residente na, CEP, na cidade de
OUTORGADO: brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº, inscrito no CPF sob o nº,
residente na, CEP, na cidade de
PODERES: Amplos e gerais para o fim especial de representar a outorgante perante a Administração Pública do Município de Campo Magro, no que se refere ao Procedimento Licitacional nº 03/2016 na Modalidade Pregão Presencial, podendo, para tanto, apresentar impugnações, recursos e pedido de reconsideração; subscrever e assinar todos e quaisquer documentos que se fizerem necessários; prestar e firmar declarações e propostas; participar de sessões públicas, renunciar a prazo e direito de recurso; retirar e assinar instrumento de contrato ou outro instrumento que o substitua; enfim, praticar todos os demais atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel desempenho do presente mandato. Local, de de 2016.
Assinatura Sócio-Administrador

Obs.: A Procuração deverá ser apresentada com firma reconhecida.





PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016 - MENOR PREÇO POR ITEM

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE O Pregoeiro da Câmara Municipal de Campo Magro. Com referência à _____(MODALIDADE E Nº DA LICITAÇÃO) A Empresa ______, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ______, inscrição estadual _____, com sede na ______, CEP _______, na cidade de ______, neste ato representada por seu sócio ______, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF sob o n° ______, residente na ______, CEP , na cidade de _____, nos termos do contrato social, declara que inexiste qualquer fato que a impeça de licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas. Outrossim, declara serem autênticos todos os documentos apresentados; que atenderá a todas as exigências estabelecidas no edital de licitação e que fica obrigada a comunicar, a qualquer tempo, a ocorrência de qualquer fato impeditivo de sua habilitação, de licitar ou de ou contratar com a Administração Pública. Por fim, que as presentes declarações são prestadas sob as penas da Lei. Local, ____ de ____ de 2016.

Obs: A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.

Assinatura Sócio Administrador





PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016 - MENOR PREÇO POR ITEM

ANEXO VIII

D E C L A R A Ç Ã O DE NÃO UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE MENOR DE IDADE

Ao Pregoeiro da Câmara Municipal de Campo Magro. Com referência à(MODALIDADE E Nº DA LICITAÇÃO)
A Empresa
social, declara que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não tendo em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Outrossim, expressa ter ciência de que o descumprimento do disposto acima durante a vigência da contratação, acarretará em rescisão da mesma. Por fim, declara que presta as presentes declarações na forma e sob as penas da Lei.
Local, de de 2016. Assinatura Sócio Administrador

Obs: A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.





PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016 – MENOR PREÇO POR ITEM

ANEXO - IX

١	1	I	V	H	Т	A	D	O	C	O	N	T	R	Δ	T	0
	٥.			$\overline{}$			$\boldsymbol{\nu}$	v		v			11	$\overline{}$	10	•

Contrato n.º/2016.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE FIRMAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO E A EMPRESA _______, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2016, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

A Câmara Municipal de Campo Magro, pessoa jurídica de direito	público, situada na Rua
Silvestre Jarek, 120, Centro, Campo Magro -Paraná, CNPJ/MF 01.64;	5691/0001-43, neste ato
representada por seu Presidente, o Vereador AGOSTINHO CONS	TANTINO, portador da
Cédula de Identidade RG nº 3.351.958-3 SSP/PR, e CPF/MF 46	2.293.539-20 doravante
denominado CONTRATANTE, e a empresa	, pessoa
jurídica, com sede situada á,,	, inscrito no CNPJ nº
, neste ato representado pelo (a) Senhor (a):	, brasileiro, solteiro.
portador da CI/RG sob o nº e inscrito no CPF sob o nº	, doravante
discussionals to the terminal of the constraint	presente contrato de

CLAUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa para disponibilização de dois links de internet Banda Larga em fibra ótica com garantia de no mínimo de 80% com 01 IP válido em cada link, sendo um com velocidade de 10 Mpbs e outro com 25 Mpbs incluindo fornecimento de equipamentos.

CLAUSULA SEGUNDA: Do Valor

CLAUSULA TERCEIRA – Do Pagamento





Para a efetivação dos pagamentos, caberá à CONTRATADA emitir nota fiscal referente ao serviço executado e devidamente aceito pelo contratante.

- 3.1) O Pagamento deverá ser feito pela CONTRATANTE em parcelas até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
- 3.2) As despesas referentes aos serviços objetos do presente contrato são próprias do Município de CAMPO MAGRO
- 3.3) Na eventualidade a aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem a aplicação de penalidade.

CLAUSULA QUARTA - Dos Prazos

O prazo vigorará a partir da assinatura do presente, com vigência por 12 meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

CLAUSULA QUINTA - Das Obrigações da Contratada

Garantir o cumprimento do contrato, realizando os serviços de acordo com os melhores princípios, com zelo e diligência.

Parágrafo Primeiro – Responsabilizar-se por todas as despesas com transporte, alimentação e demais custos que venham a ocorrer durante a execução do contrato.

Parágrafo Segundo – Responsabilizar-se pela boa execução do contrato, executando-o de forma ajustada conforme Lei em vigor, de forma discreta e competente.

CLAUSULA SEXTA - Das Obrigações da Contratante

Proporcionar condições para a boa execução do contrato, fornecendo à CONTRATADA os elementos necessários à execução dos mesmos.

Parágrafo Primeiro : Remeter advertências à CONTRATADA , por escrito , quando as entregas não estiverem satisfatórias.

Parágrafo Segundo: Fiscalizar os serviços executados pela CONTRATADA, fazendo cumprir todas as cláusulas dos presente contrato.

CLAUSULA SETIMA - Da execução, alteração, inexecução ou rescisão dos Contrato

O contrato regular-se-á no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão pelas disposições da Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações, por este contrato e pelos preceitos de direito público.

O Contrato poderá ser prorrogado a critério da administração.

O Contrato poderá ser corrigido monetariamente com base no INPC da Fundação Getúlio Vargas com base nos doze meses anteriores a pedido formal da contratada e aditivado por simples apostilamento.

CLAUSULA OITAVA - Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 0,5% (meio por cento) sobre o valor global do contrato, para cada dia de atraso , limitando a 5% (cinco) do valor global do contrato .

Parágrafo Primeiro: A multa que trata este item não impedirá a rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE e a aplicação de outras sanções.

Parágrafo Segundo: Pela inexecução total ou parcial do presente contrato, a

Bar Carlo



CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções , isolada ou cumulativamente :

- a. Advertência;
- b. Multa meramente moratória como previsto acima;
- Impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo n\u00e3o superior a 2(dois) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos da punição;

As sanções estabelecidas na cláusula nona é de competência exclusiva do Município de CAMPO MAGRO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 30 (trinta) dias da abertura de vista .

A rescisão do contrato poderá ter lugar, de pleno direito sê:

- a. O total das multas no período contratual, exceder a 20(vinte) por cento do valor global do contrato, ou se
- b. Durante a vigência do contrato a contratada deixar de executar os serviços nos prazos avençados, ou ainda, sê
- c. O contratado receber mais de 5 (cinco) advertências na vigência do contrato

Parágrafo Terceiro: As multas serão descontadas dos pagamentos devidos decorrentes do respectivo contrato, em caso contrário, recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da decisão administrativa que as tenha aplicado, ou ainda quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLAUSULA NONA- Dos Casos Omissos

Os casos omissos , assim como as dúvidas , serão resolvidos com base na Lei nº 8666/93 cujo as normas ficam incorporadas ao presente instrumentos, ainda que nelas não se faca aqui menção expressa .

CLAUSULA DECIMA – Das Comunicações

As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com acompanhamento e controle do presente instrumento serão sempre feitas por escrito.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - Do Foro

As partes elegem o Foro da Comarca de Almirante Tamandaré como único competente para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

CAMPO MAGRO, xx de xxxxxx de 2016.

